



STATISM BETWEEN BRAZILIAN FEDERAL LEGISLATIVE ELITES

ESTATISMO ENTRE ELITES LEGISLATIVAS FEDERALES BRASILEÑAS

Ednaldo Aparecido Ribeiro*
Anderson de Oliveira Alarcon**
Éder Rodrigo Gimenes***

Resumo: Partindo da abordagem culturalista, o objetivo da pesquisa foi averiguar como os parlamentares da 54ª legislatura do Legislativo Federal brasileiro se posicionaram acerca do papel do Estado no desenvolvimento geral da nação. Partindo da conjectura sobre a existência de uma indiferenciação ideológica entre elites políticas de diferentes partidos, propagada no senso comum, objetivou-se identificar como os parlamentares de legendas partidárias localizadas à esquerda e à direita do espectro ideológico se diferenciam em seus posicionamentos sobre estatismo. As análises apontam para a existência de correlação entre localização no espectro ideológico e posicionamento político acerca da concepção de Estado e seu papel. Blocos e partidos localizados mais à esquerda do espectro ideológico tendem a defender uma posição mais atuante do Estado, ao passo que blocos e partidos situados mais à direita tendem a defender um Estado menos interventor nestas questões.

Palavras-chave: Cultura política; Elites políticas; Parlamentares federais; Estatismo; Brasil.

Abstract: Starting from the culturalist approach, the objective of the research was to investigate how the parliamentarians of the 54th legislature of the Brazilian Federal Legislative have positioned themselves on the role of the State in the general development of the nation. From the hypothesis of the existence of an ideological undifferentiation between political elites of different parties, propagated in common sense, the objective was to identify how the partisan legends of left and right ideological spectrum differ in their positions on statism. The analyzes point to the existence of a correlation between location in the ideological spectrum and political positioning about the conception of the State and its role. Blocks and parties located farther to the left of the ideological spectrum tend to defend a more active position of the State, while blocks and parties situated to the right tend to defend a less intervening State on these issues.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal do Paraná. Contato: ednaldoribeiro@icloud.com

** Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Contato: contato@andersonalarcon.com

*** Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Centro Universitário de Maringá e da Universidade Estadual de Maringá. Contato: ergimenes@uem.br

Keywords: Political culture; Political elites; Federal Parliamentarians; Statism; Brazil.

Resumen: A partir del enfoque culturalista, el objetivo de la investigación fue averiguar cómo los parlamentarios de la 54ª legislatura del Legislativo Federal brasileño se posicionaron acerca del papel del Estado en el desarrollo general de la nación. A partir de la hipótesis de la existencia de una indiferenciación ideológica entre elites políticas de diferentes partidos, propagada en el sentido común, se objetivó identificar cómo los parlamentarios de leyendas partidistas ubicadas a la izquierda ya la derecha del espectro ideológico se diferencian en sus posicionamientos sobre estatismo. Los análisis apuntan a la existencia de correlación entre localización en el espectro ideológico y posicionamiento político acerca de la concepción de Estado y su papel. Bloques y partidos ubicados más a la izquierda del espectro ideológico tienden a defender una posición más actuante del Estado, mientras que bloques y partidos situados más a la derecha tienden a defender un Estado menos interventor en estas cuestiones.

Palabras clave: Cultura política; Elites políticas; Parlamentares federales; estatismo; Brasil.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em democracias consolidadas, discute-se a emergência de uma cidadania crítica ou assertiva, que contempla elevado grau de apartidarismo e antipartidarismo, acompanhada da dificuldade em diferenciar legendas partidárias. Já em democracias em processo de consolidação, tal como a brasileira, esse fenômeno se manifesta com mais gravidade e está constantemente presente em discursos de atores políticos e na imprensa (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2018). Essa percepção resignada, em alguma medida, tem lastro na realidade sócio-política, pois, como apontam Tarouco e Madeira (2013), os partidos se movem no espectro ideológico formulando propostas políticas em busca de votos, fazendo com que as posições assumidas pelas respectivas legendas variem significativamente.

Para além do nível programático e das estratégias e campanhas das legendas, entretanto, a análise sobre diferenças e semelhanças deve se debruçar também sobre as atitudes e valores dos membros dessas instituições, considerando de forma especial aqueles que são detentores de um cargo eletivo. Como destacaram importantes pesquisadores da abordagem culturalista, investigar os valores das chamadas elites políticas é tarefa fundamental em razão do impacto que tais atores geram na qualidade e estabilidade da democracia (DIAMOND, 1994; DAHL, 1997)¹.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo foi investigar as elites políticas do Legislativo Federal brasileiro, a fim de verificar seus valores e atitudes políticas a respeito de um tema central para qualquer país, o estatismo, e as opções políticas por um Estado máximo ou

¹ Reconhecemos a relevância do constructo teórico de Almond e Verba (1989 [1963]), da discussão dos autores do elitismo clássico e sobre a crença dos ativistas (GIMENES, 2014), de modo que não nos detemos a tal intento neste artigo. Destacamos ainda que, para além dos autores abordados neste artigo, há ampla literatura que discute o conceito de elites políticas, referente à qual mencionamos Boschi, Diniz e Santos (2000), Perissinotto *et al* (2007), Messenberg (2008) e Perissinotto (2009).

mínimo na agenda nacional.

Levantamos a hipótese de que, ainda que a polarização ideológica tenha cedido lugar ao pragmatismo eleitoral, diferenças fundamentais distinguem as lideranças que se posicionam mais à esquerda e mais à direita do espectro ideológico. Partindo desse cenário, a pesquisa procurou identificar se os posicionamentos de lideranças políticas de diferentes legendas partidárias do Legislativo Federal apresentam ou não diferenças fundamentais com relação ao estatismo, aqui compreendido como a maior participação e/ou intervenção ou não do Estado na sociedade, testando a pertinência das ventiladas hipóteses de indiferenciação ideológica.

Para tanto, além desta seção introdutória, o artigo é composto ainda por outras cinco seções. Nas próximas duas seções discorremos acerca dos constructos teóricos que permeiam, por um lado, a relação entre ideologia partidária e cultura política e, por outro lado, o estatismo enquanto dimensão da cultura política, respectivamente. A quarta e a quinta seção deste artigo tratam de nossas análises empíricas, sendo uma destinada à descrição dos indicadores de estatismo entre os parlamentares federais brasileiros agrupados em blocos ideológicos e outra à identificação de relacionamento entre os referidos indicadores e as ideologias de esquerda, centro e direita. Por fim, abordamos as considerações finais acerca dos resultados e de sua inserção no campo de estudos sobre o tema.

2 IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E CULTURA POLÍTICA

Compreender os valores e as atitudes das elites políticas mostra-se relevante exatamente porque são elas que controlam a formulação de políticas. Nas eleições brasileiras de 2014, os partidos e candidatos ao Legislativo e Executivo foram confrontados com o predomínio de debates sobre questões que Gatto e Power (2016) denominam “novas políticas”, tais como direito dos homossexuais se casarem, descriminalização do aborto e legalização da maconha, visto que as campanhas eleitorais não se restringiram apenas aos temas tradicionais relacionados economia, saúde e segurança. Pouco se sabe sobre as preferências das elites políticas sobre essas “novas políticas” e tal fato se dá tanto pela ausência de dados quanto pela disjunção teórica, posto que os estudos sobre cultura política focam majoritariamente no público massivo, para os quais há maior riqueza e diversidade de dados de opinião pública disponíveis.

Dentre as iniciativas cuja unidade de análise foram elites políticas, destaca-se a Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), um projeto de *survey* desenvolvido pelos professores Timothy Power, da Universidade de Oxford, e Cesar Zucco Jr., da Fundação Getúlio Vargas-FGV, que dispõe de sete edições desde 1990, nas quais membros do Congresso Nacional brasileiro recebem um questionário, cujo preenchimento não é obrigatório, no qual constam questões que englobam temas diversos, dentre os quais o do papel do Estado. O *survey* tem sido aplicado a cada legislatura

a partir da 48ª em 1990, proporcionando edições em 1993, 1997, 2001, 2005, 2009 e 2013². Essa última corresponde à 54ª legislatura do Congresso Nacional - período de fevereiro de 2011 a fevereiro de 2015.

Gatto e Power (2016), baseados nos dados da PLB realizada em 2013, evidenciaram a distribuição e as consequências das orientações de valores pós-materialistas entre os legisladores do Brasil. Em tal onda, 148 parlamentares foram entrevistados, dentre os quais 138 responderam questões sobre o referido tema, o que permitiu inferir que 63% apresentaram valores mistos, enquanto 21,7% foram classificados como pós-materialistas e 15,2% como materialistas. Os dois mais importantes partidos de “esquerda”, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), apresentaram pontuações mais altas de pós-materialismo, enquanto partidos de “direita”, como o Democratas (DEM) e Partido Republicano (PR), apresentaram as pontuações mais baixas.

Os autores analisaram pioneiramente o pós-materialismo entre membros da legislatura nacional na América Latina, mapeando a distribuição desses valores na classe política brasileira entre 2011 e 2015 e o quanto essas prioridades podem prever as orientações das elites com relação a várias questões políticas importantes. Além disso, compararam os valores das elites políticas com os do público brasileiro, utilizando dados do *World Values Survey* (WVS) de 2014 e identificaram que as elites políticas são desproporcionalmente mais pós-materialistas que o público em massa, mesmo considerando as variáveis de renda e escolaridade.

Ademais, Gatto e Power (2016) identificaram que, entre os membros do Congresso, a clivagem materialista/pós-materialista se sobrepõe à clivagem esquerda-direita e corroboraram que o pós-materialismo antevê as atitudes e o comportamento dos legisladores, além de prever, com êxito, o posicionamento individual de uma elite sobre diversas questões das “novas políticas”, tais como aborto, casamento homossexual e proteção ambiental.

Tratando-se do comportamento parlamentar, muitas são as variáveis que interferem no voto, como grupos de pressão, interesses eleitorais e estratégias organizativas. De acordo com Scheffer (2016), são condicionantes destacáveis o posicionamento ideológico (esquerda/direita) e estratégico (governo/oposição), que seriam incisivas para o comportamento dos partidos no Congresso Nacional. O autor, partindo dessa indicação, coloca em evidência a importância de saber até que ponto o presidencialismo de coalizão sobrevém ou não às diferenças ideológicas em temas polêmicos e em que grau tais diferenças entre os partidos acarretariam distintos comportamentos dos atores políticos.

Scheffer (2016) alega que apesar de alguns autores afirmarem que a clivagem ideológica vem perdendo força, não se pode descartar a valia das categorias direita e esquerda e o fato de que elas garantem certa previsibilidade na arena legislativa e na atuação partidária, ainda que o

² Banco de dados disponível no repositório do Instituto para Ciências Sociais Quantitativas da Universidade de Harvard (IQSS): <<http://hdl.handle.net/1902.1/14970>>.

sentido dos termos hoje não seja o mesmo que foi considerado na Revolução Francesa, devido às diversidades de temas que compõem o cenário político atual³.

O impacto da ideologia perpassa a discussão clássica de Estado *versus* mercado, se conectando a questões de bem-estar e pós-materialismo, como as propostas por Inglehart (1988), que evidencia essa mudança de valores humanos a partir da segunda metade do século XX. As clivagens entre esquerda e direita vão além da questão de intervenção econômica e social do Estado e a pauta de “novos” temas compõem a arena legislativa, de modo que, de acordo com Scheeffter (2016), são justamente as diferenciações ideológicas presentes nessas pautas que impactam consideravelmente o comportamento eleitoral. Sendo assim, não se pode desconsiderar as diferenças ideológicas dos partidos, que são nítidas nos “novos” temas e até mesmo nos “velhos”, ainda que em menor grau.

Segundo Borba (2005), há um consenso na literatura de que considerável parcela do eleitorado brasileiro possui baixo grau de informação, com opiniões políticas pouco estruturadas. Para o autor, a racionalidade da grande maioria do eleitorado brasileiro baseia-se em imagens “fluidas e difusas” a respeito dos partidos e dos políticos, sendo que a diferenciação ideológica estaria presente entre uma parcela mínima, de modo que afirma ainda que a personalização da política é um fenômeno universal das democracias contemporâneas, enquanto que em países com democracias consolidadas se apresenta como um fenômeno recente. No Brasil, a referida personalização acaba, na prática histórica, mais se afigurando enquanto regra do comportamento eleitoral.

Conforme destaca Aieta (2017), é perceptível um desencanto popular com relação à democracia representativa por conta da desmoralização do compromisso partidário entre o candidato eleito e a legenda que promove a eleição, o que significaria que o eleitor tem dificuldade em identificar os ideais que impulsionam a cidadania. Nesse sentido, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) apontaram que os sentimentos partidários dos eleitores brasileiros, em 2010, estavam relacionados com as atitudes e comportamentos, havendo distinções entre aqueles que manifestavam sentimentos pelos principais partidos nas disputas presidenciais desde 1994: o PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Contudo, em análise recente baseada em dados pós-eleições de 2014, os mesmos autores verificaram um cenário de indiferenciação atitudinal crescente com relação às variáveis igualitarismo, estatismo e democracia entre eleitores com sentimentos positivos pelos referidos partidos (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016).

Em se tratando de elites políticas, no âmbito federal destacam-se diferenças no comportamento legislativo de parlamentares do PT e PSDB, o que se verifica em menor medida entre o eleitorado por conta de fenômenos como clientelismo e patronagem, além do personalismo

³ A discussão acerca da construção dos conceitos de “esquerda” e “direita” não compete a este artigo, cujo objetivo é distinto, conforme explicitado anteriormente. A tese de Scheeffter (2016) pode ser indicada como material de revisão acerca do tema.

em eleições municipais (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2018). A indiferenciação eleitoral e programática dos partidos políticos brasileiros também seria consequência do sistema de lista aberta, que possibilita a formação de coligações, e do presidencialismo de coalizão, que leva a uma fragmentação partidária no Legislativo. Por outro lado, os partidos destacados seguem pautando a vida política nacional, em combinação ou conflito com o atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴ já há mais de duas décadas (GIMENES, 2017).

Baseados em dados decorrentes do censo dos Legislativos municipais catarinenses, Ribeiro e Bolognesi (2018) constataram que, se entre a população prepondera a ausência de percepção acerca das diferenças ideológicas entre os partidos, entre os parlamentares é possível afirmar que sabem posicionar o seu partido de forma coerente⁵ nos polos ideológicos. Dentre os testes realizados, os autores selecionaram três temas que marcam e diferenciam programas político-partidários e de gestão ao se comparar esquerda e direita, via de regra - participacionismo, estatismo e liberalismo econômico – e seus resultados permitem inferir que: [1] com relação ao participacionismo, os vereadores dos partidos de esquerda apresentaram média mais elevada; [2] a respeito do estatismo, todos os grupos registram médias altas, concordando que o Estado deve ter forte atuação; e [3] em se tratando do liberalismo no plano econômico, as diferenças são relevantes entre os grupos, sendo os partidos de direita mais liberais e os de esquerda em sentido contrário, com partidos de centro aproximando-se da direita.

3 ESTATISMO COMO DIMENSÃO DA CULTURA POLÍTICA E COMO TENDÊNCIA IDEOLÓGICA

Já que o recorte empírico sobre a cultura política das elites do Legislativo Nacional adotado nesse artigo recai sobre o que se convencionou chamar de estatismo, julgamos necessária uma contextualização geral sobre alguns importantes sentidos relacionados a esse termo.

Estatismo ou estadismo (numa tradução literal do inglês *statism*) foi um termo cunhado em 1962 pela filósofa Ayn Rand para descrever a defesa política ou ideológica da autoridade do Estado e sua intervenção em atividades econômicas, individuais e coletivas, em contraste conceitual com o liberalismo, defensor de ampla liberdade nessas atividades e ceticismo em relação às ações do Estado, o que autorizava a utilização do termo, inclusive, para designar concepções de Estado mesmo em regimes autoritários, ditatoriais ou não democráticos. Nesse sentido, cumpre esclarecer e estabelecer, desde já, que os termos “estatismo”, “liberalismo” e congêneres, serão aqui adotados numa contextualização moderna e em regimes essencialmente democráticos.

⁴ O MDB retirou o termo “Partido” de seu nome em dezembro de 2017, sendo que o período referente ao qual as análises deste artigo dizem respeito correspondem ao PMDB.

⁵ Coerência aqui compreendida na correlação entre a percepção da diferenciação ideológica anunciada, para com os programas partidários executados tanto internamente no partido, quanto externamente quando da realização e gestão via mandato, a par da observação histórica da prática política.

No que tange a visões acerca do Estado, Garretón *et al.* (2007) caracterizam-no como a combinação de instituições concretas e simbólicas que - dependendo de como as esferas sociais interagem - exercem funções coercitivas, reguladoras, redistributivas e integradoras, não podendo, portanto, o Estado ser resumido a apenas uma função. Os autores destacam que é importante diferenciar “estatismo” de “estaticidade”, sendo que o último se refere aos princípios e funções do Estado e o primeiro são as políticas governamentais específicas, como aquelas que estabelecem a intervenção do Estado na economia. Como objetivamente define Capistrano (2008, p. 47):

De maneira prática, a definição do Estado utilizada incorpora tanto instituições formais e concretas reconhecidas como autoridades detentoras de poder de coerção, regulação e intervenção, como o Governo, os Partidos Políticos, o Congresso, o sistema judiciário, as Forças Armadas, quanto instituições simbólicas como a integração nacional, a classe política, entre outras.

Com o processo de modernização e globalização da economia que vem ocorrendo desde a Revolução Francesa e da Revolução Industrial, é frequente o questionamento sobre a importância do Estado, juntamente com as hesitações sobre seu grau de interferência na economia. Após a Grande Depressão de 1929, houve um aumento da intervenção econômica estatal nos países ocidentais com a formação de Estados comprometidos com a garantia do bem-estar social, por meio de políticas que assegurassem a diminuição da desigualdade, além do progresso da saúde e da educação. O *Welfare State* (Estado de bem-estar social) surgiu baseado nas políticas keynesianas, sendo uma das marcas da “era dourada” de prosperidade pós-guerra, o qual significou mais do que a inclusão de políticas sociais, mas também um esforço de reconstrução econômica, moral e política.

No Brasil, o *Welfare State* foi consolidado institucionalmente entre os anos de 1930 e 1970 (ESPING-ANDERSEN, 1991). No início, sob o governo Vargas, houve aumento estratégico do papel do Estado na regulação da economia e das políticas nacionais, sob contexto conservador e autoritário, que representou a passagem de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial (MEDEIROS, 2001).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu as formalidades que determinam um Estado de bem-estar social no Brasil, trazendo à tona os direitos sociais⁶ como dimensão dos direitos fundamentais do homem, com o objetivo de garantir as condições materiais imprescindíveis aos indivíduos na sociedade, exigindo do Estado uma intervenção de ordem social para a garantia de tais direitos por meio da criação e implementação de políticas públicas a fim de diminuir as desigualdades sociais.

Segundo Capistrano (2008), a instituição do *Welfare State* garantiu segurança física e

⁶ No artigo 6º da Constituição Federal consta que “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2001).

econômica à população e impulsionou uma mudança de valores. Em alguns países ocorreu também o aumento do nível educacional, fator significativo ou mesmo determinante à mudança de valores em direção ao pós-materialismo. Uma das razões do desaparecimento gradual do *Welfare State* em diversos países, seguido de uma diminuição da intervenção do Estado, seria a expansão desses valores, pois conforme o grau de escolaridade aumenta em um país, o apoio ao Estado tende a diminuir.

Entre os anos 1960 e 2000, ocorreu uma transformação nos Estados Unidos e na América Latina, por meio da qual os Estados desenvolvimentistas e de Bem-Estar Social se transfiguraram em Estados neoliberais. Na América Latina, a propagação da ideologia neoliberal foi consequência do Consenso de Washington, ocorrido em 1989. De acordo com Ferrer (2006), toda estratégia econômica das economias latino-americanas ficava submetida ao paradigma central, que requeria a abertura da economia e a redução do papel do Estado.

Em consequência das mudanças estruturais, como o avanço da informação e comunicação, internacionalização da economia e globalização, ocorreu uma transformação nos valores, atitudes políticas e orientações das populações de diversos países ocidentais, inclusive nos países latino-americanos. Para Inglehart (1988) o aspecto central da cultura política na virada do século XX para o XXI é o que chama de “desenvolvimento humano”, caracterizado pelo aumento do individualismo e da autonomia individual. A transformação da cultura política acompanharia uma tendência global que favorece o individualismo em detrimento de um apoio à intervenção do Estado.

Segundo Capistrano (2013), o Estado é um forte indutor da formação da cultura política de qualquer sociedade. Sendo assim, tem papel como formador de política ou como produto de uma estrutura econômica, social e política estabelecida. A cultura é um “importante fator para se compreender as práticas políticas reinantes na sociedade e, mais especificamente, a forma como a sociedade se posiciona frente à imagem do Estado” (CAPISTRANO, 2013, p. 144).

Em países latino-americanos, por exemplo, é predominante uma cultura política clientelista e patrimonialista, ideias que são sustentadas pelo Estado, ao passo que a sociedade civil a reproduz. Nesse sentido, as ações do Estado relacionam-se diretamente a questões de classes sociais e desigualdades de renda, educacionais, raciais e de gênero. No início deste século, segundo Scalón e Salata (2016), o tema tem ganhado maior visibilidade com a elevação da renda, superação da pobreza extrema e inclusão por meio de crédito e do consumo. Entretanto, elementos fundamentais de justiça social e equidade não foram alcançados.

Nos estudos sobre desigualdades é essencial que se analise a estrutura social, já que “[...] uma sociedade será tanto mais justa e igual quanto melhor for a distribuição dos indivíduos pelos diversos estratos que a estrutura” (SCALÓN, 2007, p. 135). Existe uma dicotomia entre igualdade social e liberdade individual, uma vez que a liberdade individual está atrelada ao individualismo, meritocracia, competitividade e características individuais adquiridas, ao passo que a igualdade

social se refere à defesa de políticas sociais e redistributivas e Estado de bem-estar.

Em se tratando da relação entre estatismo, desigualdades e economia, as tendências ideológicas se destacam como possibilidade explicativa. A despeito da discussão acerca da conformação histórica dos termos “esquerda” e “direita”⁷, é importante destacar que, de acordo com Giddens (2000), a direita e a esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *Welfare State*, sendo que os socialdemocratas defendem um Estado com dispêndio elevado e os neoliberais um Estado mínimo. O autor pondera que a direita aceita melhor a existência das desigualdades do que a esquerda e está mais inclinada a apoiar os poderosos, sendo que os neoliberais veem na desigualdade um princípio motivador da eficiência econômica.

Scheeffter (2016) organizou as abordagens teóricas acerca do debate da díade esquerda-direita nas ideologias clássicas, as quais focam na divergência em relação à intervenção social e econômica, conforme replicamos no quadro 1.

Quadro 1. Divergências em relação a temas ligados às ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve dar-se sempre que se julgar necessário.	O Estado deve abster-se de questões econômicas, já que o mercado se autorregula, como se houvesse uma “mão invisível” orientando esse processo.
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser enfrentada via programas sociais ou superação da ordem, no caso de uma esquerda mais radical.	A pobreza, quando atacada, deve dar-se de forma focalizada e limitada. Auxílios “exagerados” podem levar à acomodação e ao declínio da “ética do trabalho”.
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades.	A criminalidade, em grande parte, é responsabilidade dos indivíduos.
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem.	Os tributos são maléficos, pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico.
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho.	O mercado de trabalho deve ser desregulado, visto que o mercado autorregula as relações de trabalho.
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado.	Buscando diminuir o tamanho do Estado, uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais - privatização.

Fonte: Adaptado de Scheeffter (2016, p. 49).

De acordo com Tarouco e Madeira (2013), a crise fiscal do *Welfare State* e a proliferação do neoliberalismo aproximaram do centro tanto a esquerda quanto a direita, mas no sentido geral a luta pelo socialismo e a defesa do capitalismo ainda faz parte de extremos opostos. Os autores isolam categorias que se referem às acepções econômicas contemporâneas de esquerda e direita, incluindo questões políticas e históricas.

A tendência é que as políticas redistributivistas sejam preferidas pelos governos de esquerda, enquanto as de ajuste sejam preferidas pelos governos de centro e de direita. As

⁷ Autores como Bobbio (1995) e Tarouco e Madeira (2013) discorreram de maneira competente sobre o tema.

diferenças político-ideológicas entre os partidos são variáveis independentes que explicam as coligações eleitorais e prioridades orçamentárias, já que as preferências políticas dos partidos podem explicar os gastos sociais do governo, assim como os resultados macroeconômicos.

Quando tratamos de questões relacionadas à igualdade e inclusão, não se faz tão relevante se há mais ou menos intervenção estatal, mas sim como o Estado atua a respeito de tais questões. Eleva-se, assim, o fenômeno chamado “multiculturalismo” (HEYWOOD, 2010), sendo um processo que se originou a partir da necessidade de reconhecimento dos grupos subalternos e de políticas públicas que busquem promover a diversidade cultural.

De acordo com Singer (2000), no Brasil, a questão de igualdade não divide a esquerda e a direita como ocorre em países capitalistas centrais. O que diferencia os polos são os meios para alcançar a igualdade, já que a direita reforça que a autoridade do Estado para tal objetivo não cause prejuízo da ordem e a esquerda contesta a autoridade do Estado quando reprime políticas igualitaristas e movimentos sociais, embora demande da sua função redistributiva.

Downs (1999) tem visão mais “pessimista” de que os partidos políticos se movem no espectro ideológico conforme os interesses eleitorais, buscando formular políticas que atendam aos interesses do eleitor mediano sem se apegar a questões ideológicas com relação aos temas, por uma questão de estratégia eleitoral.

Sendo assim, para construir uma escala de valores de esquerda e de direita no Brasil deve-se considerar todas as ambiguidades sobre as expectativas com relação ao papel do Estado. Considerando os paradoxos da conjuntura do Brasil, Tarouco e Madeira (2013) criaram categorias que indicam posicionamentos à esquerda e à direita.

Quadro 2. Categorias indicativas de posicionamento ideológico

Categorias indicativas de posicionamento à esquerda	Categorias indicativas de posicionamento à direita
<ul style="list-style-type: none"> • Regulação do mercado; • Planejamento econômico; • Economia controlada; • Análise marxista; • Expansão do <i>Welfare State</i>; • Referências positivas à classe trabalhadora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Menções positivas às forças armadas; • Livre iniciativa; • Incentivos; • Ortodoxia econômica; • Limitação do <i>Welfare State</i>; • Referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária).

Fonte: Adaptado de Tarouco e Madeira (2013, p. 159).

Destaque-se ainda que, de acordo com Zucco Jr. (2011), a ideologia relacionada a velhos temas, tais como carga tributária e intervenção social e econômica tem sido um determinante fraco para prever o comportamento legislativo no Congresso Nacional, visto que a tendência é de que os partidos do governo busquem uma maior arrecadação para facilitar o desempenho, o que não é necessariamente esperado da oposição.

Todas essas pesquisas orientam a pergunta aqui fundamental: há diferenças significativas

nos valores e atitudes dos parlamentares brasileiros de esquerda e de direita no que diz respeito especificamente ao papel do Estado? Em nossas próximas seções apresentamos os resultados da investigação.

4 ESTATISMO ENTRE ELITES LEGISLATIVAS BRASILEIRAS

Para testar a relação entre estatismo e a ideologia dos parlamentares federais brasileiros foram utilizados os dados produzidos no âmbito da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) referentes ao ano de 2013, já apresentada. É importante considerar, assim como Power e Zucco Jr. (2014), que as preferências declaradas podem informar melhor a respeito da interpretação dos dados comportamentais. Sendo assim, a declaração dos parlamentares acerca dos seus posicionamentos possui ressalvas, considerando que os mesmos podem proferir aquilo que acreditam que é o esperado, o que não garante que em seus comportamentos não surjam atitudes contraditórias.

A PLB revela-se uma base de dados importante dentro das opções de *surveys* produzidos por institutos de pesquisas reconhecidos em razão da particularidade em aplicar questionários diretamente ao Legislativo Federal, podendo-se considerar até aqui a mais completa pesquisa acerca do pensamento dos parlamentares brasileiros. Ainda que o desenho de pesquisa da PLB não corresponda a uma amostra probabilística e que, por conseguinte, o conjunto de dados não represente de forma estatisticamente rigorosa a legislatura em que foi aplicada, a amostra nos permitiu conhecer os valores, posicionamentos e a cultura política da população estudada⁸.

Inicialmente, destacamos que, com relação à distribuição dos partidos no espectro ideológico segundo os próprios parlamentares, os resultados da PLB apontam blocos ideológicos com pequenas dissonâncias com relação às classificações de especialistas. Em média, os parlamentares não se classificaram à extrema direita ou à direita, sendo que o atual Democratas (DEM) apresentou a maior média (6,4) o que o posicionou como centro-direita. Em vista disso, a média geral dos parlamentares federais brasileiros encontrou-se no campo de centro-esquerda do espectro ideológico (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017).

Uma das explicações possíveis para esta ausência de pertencimento declarado mais à direita, segundo especialistas, refere-se à chamada “direita envergonhada” (PIERUCCI, 1987). Nesse sentido, existiria uma tendência comum aos partidos políticos de se localizarem mais ao centro por questões eleitorais, evitando assim as extremidades das escalas que indicam posicionamentos mais radicais e extremados (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2018).

No que tange ao estatismo, o questionário da PLB contemplou uma bateria de cinco questões referentes a aspectos orçamentários, duas questões sobre o intervencionismo na

⁸ A coleta de dados da edição de 2013 da PLB foi realizada por meio de questionários auto-respondidos enviados a todos os parlamentares brasileiros, sendo posteriormente devolvidos 148 questionários aos pesquisadores, o que corresponde à participação de 23,2% dos parlamentares (Deputados e Senadores) da 54ª legislatura.

economia e uma acerca de modelos de sistemas econômicos, cujas redações seguem abaixo.

Quadro 3. Questões selecionadas da Pesquisa Legislativa Brasileira (2013)

O orçamento federal determina os gastos do governo em diferentes áreas. Para cada item abaixo, indique se o(a) Sr.(a) acha que o nível atual de gastos deveria ser diminuído, mantido, ou aumentado? (Marque um X em cada item)

	Diminuir o nível atual de gastos para possibilitar uma diminuição de impostos	Diminuir o nível atual de gastos, sem alterar impostos	Manter o nível atual de gastos	Aumentar o nível atual de gastos, desde que não seja necessário aumentar impostos	Aumentar o nível atual de gastos, ainda que seja necessário aumentar os impostos
Serviços de saúde pública					
Ensino fundamental e médio público					
Ensino superior público					
Infraestrutura					
Programas de assistência social					

Nos itens abaixo, dez (10) significa que o(a) Sr.(a) concorda inteiramente com a frase do lado direito e um (1) significa que o(a) Sr.(a) concorda inteiramente com a frase do lado esquerdo. Usando qualquer ponto na escala entre 1 e 10, indique com um X sua posição acerca de cada item:

Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio
O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	As pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento

Na sua opinião, que tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil? (Marque apenas uma opção).

- Uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado
- Um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outra das empresas privadas
- Uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada
- Uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal
- Uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal

Fonte: Adaptado de Pesquisa Legislativa Brasileira (2013).

Para a análise das respostas, consideramos a distribuição dos partidos no espectro ideológico com base em resultados de pesquisas de Tarouco e Madeira (2015) e de Maciel, Alarcon e Gimenes (2017), de modo que os blocos foram compostos da seguinte maneira: PDT, PSB, PCdoB, PT e PSOL à esquerda; PMDB, PSDB, PPS e PV ao centro; e DEM, PP⁹, PR, PTB, PRB e PSC à direita.

Neste artigo, considerando nosso interesse em explorar a relação entre estatismo e ideologia, nos deteremos apenas à apresentação de dados e análises relacionadas aos blocos¹⁰. A tabela abaixo reúne resultados acerca da relação entre orçamento público e políticas públicas.

⁹ Em 2017, o Partido Progressista (PP) alterou seu nome para Progressistas. Considerando o período de nossa análise, consideramos PP.

¹⁰ Dados descritivos e análises referentes aos partidos constam em Alarcon (2018).

Tabela 1. Percentuais médios de posicionamento dos parlamentares com relação ao orçamento destinado a políticas públicas, por blocos ideológicos

	Saúde pública					Ensino fundamental e médio públicos					Ensino superior público					Infraestrutura					Programas de assistência social				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Esquerda	.	.	2	42	56	.	.	2	65	33	.	.	33	54	13	.	.	10	80	10	.	4	35	46	15
Centro	.	2	2	82	14	.	.	2	73	25	.	2	21	69	8	.	2	7	87	4	2	7	36	53	2
Direita	.	.	4	73	23	.	.	2	76	22	7	7	39	43	4	.	.	16	60	24	7	4	45	39	5

Onde: 1 = Diminuir o nível atual de gastos para possibilitar uma diminuição de impostos; 2 = Diminuir o nível atual de gastos sem alterar os impostos; 3 = Manter o nível atual de gastos; 4 = Aumentar o nível de gastos, desde que não seja necessário aumentar os impostos; e 5 = Aumentar o nível atual de gastos, ainda que seja necessário aumentar os impostos.

Ns: esquerda = 52; centro = 45; direita = 44.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da PLB (2013).

A atuação do Estado com relação a determinados temas é reconhecida conforme aspectos como o ciclo e estágio de desenvolvimento econômico e democrático, a cultura política vivenciada e a maneira como população e elites manifestam suas prioridades ou preferências (DAHL, 1997). Em países emergentes, diferentes matizes ideológico-partidárias tendem a concordar quanto a uma atuação mais forte do Estado em áreas sensíveis ao desenvolvimento da nação e seu povo (SCALON, 2007; CHANG, 2018).

Nesse sentido, com relação à saúde pública, observamos que todos os blocos ideológicos tendem a acordar que é necessário um aumento no nível de gastos na área. Contudo, as diferenças se revelam quanto às condicionantes destes gastos. Para os blocos de direita e de centro, gastos com saúde pública só devem ser elevados caso não impliquem em aumento de impostos, enquanto o bloco de esquerda não se condiciona a essa limitação, ao defender que os gastos com saúde em favor da população devem ocorrer mesmo que isso implique em elevação de impostos.

Essa diferença se mostra relevante ao considerarmos as preferências e prioridades que diferentes blocos ideológicos podem conferir ao tema da saúde pública em contextos de regularidade ou mesmo de escassez de recursos. Em cenários que demandem o incremento de gastos com a área, o que se espera com o regular crescimento e desenvolvimento populacional de um país, partidos de centro e de direita tendem a anuir diante do necessário incremento de gastos, mas somente se isso não implicar em elevação de impostos.

Tal condicionante não é adotada pelo bloco de esquerda, à luz da literatura claramente mais estatista, tanto sob o ponto de vista coletivo do oferecimento de mais recursos para a saúde pública, quanto sob o impacto da economia e da interferência na esfera privada e individual, ao anuir com a elevação de impostos para fazer frente à necessidade coletiva (BOBBIO, 1997).

Com relação às políticas para ensino fundamental e médio públicos, entre os três blocos a opinião majoritária é a de que se deve investir mais na área, porém desde que não seja necessário aumentar os impostos. Relacionamos tal posicionamento com o fato de que ao apoiar um Estado

mais provedor em relação à educação fundamental e média, base para o desenvolvimento nacional, a tendência revelada por estudos de cultura política é a de que a elevação dos níveis de educação está atrelada à redução do apoio ao papel provedor do Estado num cenário mais pós-materialista (ALMEIDA, 2007; CAPISTRANO, 2008), cuja ideia de “desenvolvimento humano” acaba por reverberar um aumento do individualismo e da autonomia individual (INGLEHART, 1988).

Já no que se refere ao ensino superior público, os dados revelam-se mais discrepantes entre as opiniões de parlamentares dos distintos blocos ideológicos em termos comparativos com a área anteriormente exposta. Os resultados demonstram que o bloco de centro é mais favorável à elevação de gastos com a educação superior pública do que aqueles de esquerda, contudo se verifica diferença entre as condicionalidades para esse aumento: enquanto centristas são aqueles que mais entendem que pode ser elevado o orçamento para a área desde que não haja aumento de impostos, à esquerda está a maioria dos parlamentares que defende o aumento dos gastos com educação superior ainda que baseado em maior carga tributária.

Nesse sentido, não se confirmou a expectativa teórica de maior comprometimento do bloco de esquerda com a área, o que poderia, em alguma medida, contribuir para reforçar os critérios de desigualdade potencializados pela falta de acesso ao ensino de grupos sociais menos favorecidos. Por outro lado, com relação à direita, o somatório das opiniões de que não deve ocorrer elevação dos gastos (manifestações de necessidade de redução do investimento e de manutenção do montante) é coerente com a literatura, pois denota visão negativa do bloco ideológico com relação à expansão da política pública de educação em nível superior.

Com relação à infraestrutura, de modo geral, os blocos de esquerda, direita e centro tendem a apoiar o aumento do orçamento para investimentos, desde que não aumente os impostos, para o que novamente percebe-se maior disposição do bloco de centro e menor concordância entre a direita. No que se refere àqueles cuja percepção é de que os investimentos devem ser elevados mesmo diante do aumento da carga tributária percebemos o destaque à direita, cujos parlamentares defendem em maior medida a necessidade de alargamento da infraestrutura do país, ainda que isso signifique imputar ao contribuinte o suporte deste ônus por meio de mais impostos.

Nossa interpretação é de que mesmo partidos mais liberais em termos econômicos podem defender um Estado mais regulador e interventor quando se trata de investimentos em infraestrutura, o que, em parte, pode ser explicado por demonstrações históricas de que todo país tido como rico e liberal foi, antes, protecionista e interventor, justamente para criar condições de riqueza que o levasse ao liberalismo (CHANG, 2018). Por sua vez, Capistrano (2013) observou que em países emergentes, notadamente os latino-americanos, a existência de um pragmatismo tem convivência complementar nestes cenários, a ponto de ideologias liberais defenderem o papel provedor e controlador do Estado para o fomento de determinadas áreas, numa simbiose pragmática.

Por fim, destacamos a política pública de assistência social, para a qual verificamos maior predisposição para aumento de orçamento entre parlamentares de partidos de esquerda e de centro e menor concordância com a possibilidade entre aqueles de direita, sendo a esquerda mais favorável ainda do que o centro com relação à elevação dos impostos para maior destinação de recursos à área.

O tema social e a responsabilização do Estado estão intrinsecamente vinculados a concepções sobre igualitarismo, meritocracia, redistributivismo e acesso a direitos fundamentais e sociais. Uma visão de Estado mais presente e responsivo socialmente, aqui amplamente considerado, estaria diretamente atrelada à ideia de “estatismo social”, enquanto que a defesa de um Estado necessário, mas divorciado do atendimento em caráter prioritário das questões sociais, melhor se amoldaria a uma espécie de “estatismo liberal”.

Assim, ainda que o debate contemporâneo demonstre que as clivagens entre a díade esquerda-direita no sistema partidário sobressaem à polarização política entre conservadores e progressistas e estão pautadas para além da defesa ou não de políticas distributivistas e de ajuste fiscal (SCHEEFFER, 2017), é possível perceber que os parlamentares se posicionaram de maneiras diferentes com relação à importância de aumentar ou não os gastos com os programas de assistência social.

No que diz respeito ao intervencionismo estatal para a garantia do sustento da população e nas atividades industriais e comerciais, de modo geral, os partidos de esquerda tendem a defender que o governo se responsabilize mais pelo sustento de todos, enquanto parlamentares de centro e de direita mostram-se mais inclinados à posição de que as pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir o próprio sustento.

Tabela 2. Médias de posicionamento dos parlamentares com relação ao intervencionismo estatal, por blocos ideológicos

	Maior responsabilização das pessoas do que do Estado pela garantia de sustento	Maior atuação do governo do que da iniciativa privada na indústria e no comércio
Esquerda	4,64	3,89
Centro	6,28	3,23
Direita	5,8	3,8

Ns: esquerda = 50; centro = 43; direita = 41.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da PLB (2013).

Nesse sentido, é oportuno lembrar a síntese de Bobbio (1995) ao defender a necessidade de atualizar os termos por um viés que envolva os conceitos de igualdade e liberdade. O autor distingue que a esquerda prioriza a igualdade, ao passo que a direita preza por liberdade e considera que as desigualdades seriam naturais. Assim, “a antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

De acordo com Singer (2012), a experiência pretérita recente no governo federal,

comandado por partidos de esquerda e centro-esquerda, buscou dar materialidade aos preceitos sociais determinados na Constituição de 1988 como instrumento para a construção de um Estado de bem-estar social. Segundo o autor, a preocupação com o sustento coletivo, a eliminação da faixa da extrema miséria e combate à pobreza, o aumento de empregos, a transferência de renda, o investimento em sistemas públicos de saúde e de educação, entre outros, se apresentaram como prioritários na agenda de esquerda, ainda que a interferência estatal encontre limites e equilíbrio complementar no trato com as demais questões individuais, privadas, financeiras, fiscais e coletivas, como destaca Chang (2018).

No que tange à determinação de responsabilidade com relação às indústrias e ao comércio, os resultados chamam a atenção no sentido de que os parlamentares de partidos de esquerda e de direita tendem a ser estatistas em medida semelhante, o que pode ser explicado pelas opções pragmáticas de democracias emergentes em que os grupos de esquerda, ao mesmo tempo em que se preocupam com questões marcadamente sociais e redistributivas, também estimulam o desenvolvimento econômico e a livre iniciativa (CHANG, 2018), o que pode reverberar em convite para a iniciativa privada com garantias e protecionismos estatais voltados ao fortalecimento do mercado interno privado em si, numa relação de simbiose e complementaridade.

Estas mesmas constatações podem explicar a relativa homogeneidade das médias identificadas para os distintos blocos, incluído o centro, especialmente diante da perspectiva de que, nos contextos latino-americanos contemporâneos, a ideia da importância do Estado e da iniciativa privada não são, necessariamente, temas excludentes e ou concorrentes (CAPISTRANO, 2013), o que evidenciamos ao analisar a predisposição com relação à elevação de investimentos na área de infraestrutura.

Por fim, nossa oitava variável trata do sistema econômico que seria mais adequado ao Brasil. Para além da concentração de respostas majoritariamente em duas alternativas, cabe destacar também que nenhum parlamentar assinalou a alternativa cujo enunciado diz respeito a “uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal”, o que significa que o total controle da economia pelo Estado não se coloca como modelo de organização econômica plausível aos parlamentares. Assim, em nossa tabela constam apenas informações relacionadas a três distintas formas de sistema econômico.

Tabela 3. Percentuais médios de posicionamento dos parlamentares com relação a formas de sistema econômico, por blocos ideológicos

	Sistemas econômicos		
	1	2	3
Esquerda	18	63	19
Centro	49	47	4
Direita	38	57	5

Onde: 1 = Uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado; 2 = Um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outra das empresas privadas; 3 = Uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada.

Ns: esquerda = 48; centro = 45; direita = 37.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da PLB (2013).

A grande maioria das respostas reflete o esperado para os blocos de acordo com sua localização no espectro ideológico: quase dois terços dos parlamentares de partidos de esquerda vislumbram um sistema econômico com distribuição equitativa entre Estado e mercado e dentre os demais há dispersão entre os que entendem que deveria ocorrer maior responsabilização de um dos setores; parlamentares de centro e de direita concentram suas respostas entre divisão de responsabilidades e predominância do mercado sobre a estruturação do sistema econômico, sendo que os parlamentares de partidos centristas apoiam tais formas de maneira praticamente equânime e são mais favoráveis ao maior papel do mercado do que a direita.

Nesse sentido, a evolução da cultura política pós-materialista e seus novos temas parece reconhecer a impossibilidade de retirada total da regulação do Estado e de sua participação nos modelos econômicos, conforme evidenciado por Chang (2018). Contemporaneamente, por mais que se reconheçam diferenças significativas entre esquerda e direita em novos e velhos temas (SCHEEFFER, 2016), imaginar a ausência de uma economia de mercado, ainda que em menor grau, não apenas interfere num dos fundamentos da própria democracia (DAHL, 1997), como ainda passaria a ser o Estado, ele próprio, um agente violador de regras e promotor de desigualdades (BOBBIO, 2000).

5 ESTATISMO E IDEOLOGIA NO LEGISLATIVO FEDERAL BRASILEIRO

A fim de mensurar o relacionamento entre estatismo e ideologia por parte dos parlamentares brasileiros, construímos um índice que reuniu as medidas apresentadas no Quadro 3. Nesse sentido, o indicador de estatismo contemplou:

[a] As variáveis que mensuram a disposição dos parlamentares em aumentar os impostos e os gastos públicos nas áreas de saúde, educação fundamental e média, educação superior, infraestrutura e assistência social, com escalas que variam de 1 a 5 pontos, onde 1 = “diminuir os

gastos para reduzir impostos”, 2 = “diminuir os gastos e manter o nível de impostos”, 3 = “manter o nível atual de gastos”, 4 = “aumentar os gastos, sem aumentar os impostos” e 5 = “aumentar os gastos e os impostos”. As variáveis dessa bateria foram reunidas em um índice preliminar e padronizadas conforme a fórmula 1, formando uma escala de onze pontos, com amplitude de 0 a 10, onde 0 corresponde a diminuir o nível atual de gastos em todas as áreas de políticas apresentadas para possibilitar uma diminuição de impostos e 10 corresponde a aumentar o nível atual de gastos em todas as áreas de políticas contempladas nas questões, ainda que seja necessário aumentar os impostos;

[b] As questões sobre intervencionismo econômico, ambas com escalas de amplitude de 1 a 10, de modo que a primeira variável (sobre responsabilização pelo sustento das pessoas) teve sua codificação invertida para 1 = “as pessoas deveriam ser responsáveis pelo seu próprio sustento” até 10 = “o governo deveria se responsabilizar mais” e a segunda variável (sobre atuação na indústria e no comércio) manteve a codificação original na 1 = “mais iniciativa privada” e 10 = “mais Estado”; e

[c] A pergunta sobre sistema econômicos, cuja escala original de quatro pontos apresentava 1 = “economia de mercado”, 2 = “participação igualitária entre Estado e Iniciativa privada”, 3 = “Setor estatal dominante” e 4 = “controle total do Estado na economia”. As respostas foram agrupadas em outro índice preliminar e padronizadas utilizando a fórmula 1, o que gerou uma escala de onze pontos, com amplitude de 0 a 10, onde 0 corresponde a maior economia de mercado e menos intervenção do Estado e 10 diz respeito ao controle total do Estado sobre a economia.

Os quatro indicadores acima expostos (os índices preliminares descritos em “a” e “c” e as duas variáveis expostas em “b”) foram agrupados no índice de estatismo, o qual foi também padronizado conforme cálculo determinado na fórmula 1, a seguir:

$$\left(\frac{\text{Valor Observado} - \text{Valor Mínimo da Distribuição}}{\text{Valor Máximo da Distribuição} - \text{Valor Mínimo da Distribuição}} \right) * 10$$

A tabela 4 apresenta o coeficiente de correlação entre o índice de estatismo e o auto-posicionamento ideológico dos parlamentares por bloco. O resultado apresenta uma correlação significativa e negativa entre estas duas medidas, o que indica que quanto mais à esquerda os partidos dos parlamentares, mais favoráveis tendem a ser ao estatismo.

Tabela 4. Correlação entre estatismo e blocos ideológico

	Rhô de Spearman	Sig.
Índice de estatismo	-,59	< 0,01

N= 130.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da PLB (2013).

Em se tratando da magnitude da relação, percebemos que existe uma forte correlação entre os parlamentares, agrupados em blocos de acordo com seus posicionamentos ideológicos e partidos políticos, acerca das questões sobre estatismo. O resultado próximo a -0,6 é relevante e demonstra tratar-se de forte correlação, uma vez que o teste retorna valores entre -1 e 1, sendo que quanto mais distante forem de 0 e mais próximos de -1 ou 1, maior a força da correlação entre as duas variáveis.

Assim, parlamentares que se agrupam mais à esquerda tendem a responsabilizar mais o Estado e o governo por questões básicas de saúde, educação, infraestrutura e programas sociais, pelo sustento das pessoas e pela importância de iniciativas estatais na sociedade. Do mesmo modo, o contrário é verdadeiro, ou seja, quanto mais à direita está o grupo parlamentar, maiores são as chances de que se posicione a favor de um Estado menor e menos responsável por tais questões, muito embora a análise individual dos dados e resultados apontem especificidades, convergências e complementaridades próprias de realidades heterogêneas.

Para além da correlação, analisamos descritivamente as médias de estatismo para cada um dos blocos ideológicos, considerando ainda a existência de respostas de quatro parlamentares de partidos sem classificação definida (conforme composição dos blocos destacada na seção anterior deste artigo).

Tabela 5. Média de estatismo por blocos ideológicos

	Esquerda	Centro	Direita	Outros	Total
Média	5,38	3,62	3,22	3,75	4,10
Desvio Padrão	2,17	1,71	2,12	2,27	2,24

Notas: Anova = 199.898, $p < 0,01$.

Ns: esquerda = 46; centro = 33; direita = 47; outros = 4; total = 130.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da PLB (2013).

Os resultados permitem verificar que parlamentares de partidos de esquerda se apresentam como mais estatistas, seguidos por aqueles de centro, sendo políticos de direita os que menos manifestam opiniões favoráveis ao maior papel do Estado em questões sociais e econômicas. Cabe destacar que tal resultado corrobora a expectativa da literatura que trata dos conteúdos ideológicos de esquerda e direita, bem como reforça nossos achados anteriores, expostos nas tabelas 1 a 4.

A par desses resultados, é possível inferir que ainda existe um impacto da ideologia com relação às questões clássicas de clivagem esquerda-direita e Estados *versus* mercado, o que não exclui a ideia de que em maior grau o debate esteja vinculado às questões de bem-estar e pós-materialismo. Embora os novos temas sejam relevantes para a diferenciação ideológica na arena legislativa, os temas clássicos que se relacionam com a intervenção econômica e social do Estado ainda são relevantes.

Conforme Ribeiro e Bolognesi (2018), estatismo e liberalismo econômico diferenciam a

gestão político-partidária ao se comparar partidos de esquerda e direita. A expectativa inicial era a de uma direita mais liberal economicamente e a de uma esquerda mais estatista e participacionista, independentemente do tamanho do partido. Os resultados mostram que há uma diferenciação ideológica, ainda que o grau varie conforme os temas e contextos, opondo-se à afirmação de que os partidos não se diferenciam programaticamente.

Considerando como expressões da cultura política a opinião das elites políticas sobre questões que compõem a perspectiva de Estado, pode ser percebido que há a predominância de uma cultura política estatista, assim como Capistrano (2008) havia identificado em seu estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o debate sobre a (in)diferenciação ideológica entre partidos políticos no Brasil - o que inclui as dificuldades consequentes da alta fragmentação partidária e do pragmatismo eleitoral - buscou-se verificar, a partir da cultura política das elites legislativas, notadamente as pesquisadas acerca dos temas -, em que medida os partidos se diferenciam com relação a concepção de estatismo, devidamente compreendido em sistemas democráticos assim reconhecidamente considerados.

A partir do recorte do estatismo, foi verificado em que medida os parlamentares - distribuídos em blocos ideológicos conforme aspectos teóricos específicos - apoiam o aumento ou a diminuição de gastos com saúde pública, educação, infraestrutura e programas sociais, bem como o quanto o Estado deve se responsabilizar pelo sustento das pessoas, o quanto defendem a iniciativa privada na indústria e no comércio e qual o melhor sistema econômico para o Brasil.

Com base na hipótese inicial de que existem diferenças nos posicionamentos com relação ao papel do Estado entre os parlamentares de esquerda, centro e direita no Brasil, foi possível inferir a partir dos resultados que, embora haja um debate no senso comum e até mesmo na literatura especializada de que a ideologia tem perdido o sentido nos posicionamentos dos parlamentares, verifica-se ainda uma diferenciação ideológica significativa entre os blocos de partidos com relação a temas clássicos. Realizados os testes, identificou-se que existe uma forte correlação entre as percepções, opiniões e comportamentos com o posicionamento ideológico dos parlamentares.

Ainda que haja uma demonstração mediana e geral de que diferentes blocos partidários concordem com a importância do papel do Estado no desenvolvimento do país, fruto daquilo que a literatura inclusive já demonstrou como esperado e até mesmo complementar em países emergentes e com o histórico da América Latina (uma espécie de “estatismo liberal”, por assim dizer), existem evidentes diferenças de posicionamento acerca deste papel estatal ao se comparar alguns temas, notadamente o da assistência social, o da redistribuição de renda e o da economia de mercado.

Partidos de esquerda, majoritariamente, tendem a ter uma compreensão mais abrangente

e inclusiva no que diz respeito ao dever do Estado em prover o sustento e a assistência social à população, bem como no que diz respeito à regulação e participação estatal no mercado, economia e iniciativa privada. Já dentre o conjunto de parlamentares de partidos de centro, verificamos posicionamentos condizentes com tal classificação, sendo possível verificar manifestações oscilantes em favor de posições de centro-esquerda e de centro-direita, a depender do aspecto analisado.

Por fim, chamam a atenção os partidos localizados mais à direita do espectro ideológico, ao se posicionar, em regra, de forma oposta quanto aos quesitos elencados, atribuindo a responsabilidade pelo sustento a razões individuais pessoais e estritamente técnicas, meritocráticas, liberais, menos regulação, ampla concorrência, menor interferência e livre iniciativa, ainda que signifique a sedimentação de maiores desigualdades no plano coletivo e individual.

A identificação dos resultados, o reconhecimento destes posicionamentos e o teste de correlação se revelam importantes diante do grande número de partidos e correntes existentes no cenário aceitável, com contexto de coalizão e fragmentado, crescentemente enfraquecido por uma cultura política pós-material cada vez mais dissolvida em tempos fluidos e interesses líquidos, recrudescidos pela apatia sólida de participação cidadã nos processos democráticos e pautados, não raro, por culturas mais paroquiais e sujeitas do que propriamente participantes no Brasil, assim como na América Latina.

Esta carência de sentimentos partidários, reforçada por grande indiferenciação num universo cada vez mais heterogêneo, fisiológico, de coalizão e pragmático, pode ser um dos componentes importantes nos estudos sobre gargalos técnicos e éticos no funcionamento do sistema. Pode estimular, ainda, na compreensão parcial de outros fenômenos, como o da judicialização da política e a politização da justiça.

Desconectados das agremiações e sem maior clareza sobre seus eixos, ideologias e propostas, aliados aos descontentes que já não mais atribuem a mesma legitimidade e aceitação representativa própria do jogo político-democrático aos partidos, tem sido crescente o número de cidadãos e grupos, inclusive políticos e partidários, que recorre ao Poder Judiciário para fazer valer esta ou aquela política pública nem sempre levada a efeito pelos grupos eleitos.

Em certa medida, essa cultura pragmática e essa prática fisiológica, por vezes oportunista, acabam por prestar um desserviço de enfraquecimento da própria democracia, que, a despeito de responsiva, encontra no equilíbrio de poderes e funções e no exercício da representatividade dos grupos eleitos a legitimidade para o exercício soberano de poder em nome do povo, para o povo e pelo povo.

Neste cenário, conhecer a localização ideológica de cada partido ou bloco, bem como seu posicionamento com relação a temas importantes acerca do papel do Estado são essenciais para o processo racional de escolha dentre as opções que o eleitor deseja expressar e receber. Os

resultados se revelam importantes na medida em que o resgate ao reconhecimento e identificação das diferentes localizações no espectro ideológico possibilita ao cidadão avaliar que ao fazer sua opção por um candidato, partido ou campo ideológico, em regra e ao menos quanto à visão do papel do Estado, estará claramente optando por uma gestão mais estatista ou menos estatista, mais social ou menos social, cuja realização de direitos e políticas públicas, ao menos conceitualmente, pode seguir por diferentes caminhos e com diferentes ênfases, prioridades e gradações a partir das diretrizes e contornos já estabelecidos pela Constituição que se convencionou chamar de “cidadã”.

Referências

- AIETA, V. S. **Criminalização da política: a falácia da “judicialização da política”** como instrumento democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- ALARCON, A. de O. **Estatismo entre elites legislativas federais** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.
- ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].
- BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. **Igualdade e liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- _____. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995.
- BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, 2005. p. 147-168.
- BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 18 mar. 2018.
- CAPISTRANO, D. J. **A imagem do Leviatã: orientações culturais sobre o papel do Estado em perspectiva comparada**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- _____. **Argentinos e brasileiros frente ao Estado: um estudo de cultura política comparada**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- CHANG, H. O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história da economia. *El País*, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: USP, 1997.
- DIAMOND, L. *Causes and effects*. In: _____. (Org.). *Political culture and democracy in developing countries*. London: Lynne Rienner, 1994. p. 425-428.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: USP, 1999.

- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *Welfare State*. **Lua Nova**, n. 24, 1991, p.85-116.
- FERRER, A. **A economia argentina**. São Paulo: Campus/Elsevier, 2006.
- GARRETÓN, M. A. *et al.* **América Latina no Século XXI**. Em direção a uma nova matriz sociopolítica. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GATTO, M. A. C.; POWER, T. J. *Post materialism and political elites: the value priorities of Brazilian Federal Legislators*. **Journal of Politics in Latin America**, v. 8, n. 1, 2016. p. 33-68.
- GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIMENES, É. R. Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil. *In*: MARTELLI, C. C. G.; JARDIM, M. C.; GIMENES, É. R. (Orgs.). **Participação política e democracia no Brasil contemporâneo**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2018. p. 111-150.
- _____. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Agenda Política**, v. 2, n. 2, 2014. p. 119-151.
- HEYWOOD, A. **Ideologias políticas**: do feminismo ao multiculturalismo. São Paulo: 2010.
- INGLEHART, R. *The renaissance of political culture*. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1998.
- MACIEL, A. P. B.; ALARCON, A. de O.; GIMENES, É. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, 2017. p. 72-88.
- MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 2001.
- MESSEMBERG, D. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, jun. 2008. p. 17-28.
- PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos – CEBRAP**, v. 19, 1987. p. 26-45.
- PERISSINOTTO, R. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpex, 2009.
- PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; FUKS, M.; BRAGA, S. **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.
- POWER, T; ZUCCO, C. **O Congresso por ele mesmo**: auto percepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- RAND, A. *Introducing objectivism*. **The Objectivist Newsletter**, 1962. Disponível em <<https://www.aynrand.org/novels/the-objectivist-newsletter>>. Acesso em 23 mar. 2018.
- RIBEIRO, E. A.; BOLOGNESI, B. Ideologia e Representação: valores e atitudes de legisladores municipais. *In*: GIMENES, É. R.; BORBA, J. (Orgs.). **Poder legislativo e cultura política**: valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba: Comunicação Política e Opinião Pública, 2018. p. 131-181.
- RIBEIRO, E. A.; CARREIRAO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, 2016. p. 603-637.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, 2011. p.333-368.
- SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, v. 9, n. 18, jun./dez. 2007. p. 126-149.
- SCALON, C.; SALATA, A. Desigualdades, estratificação e justiça social. **Civitas**, v. 16, n. 2, abr./jun. 2016. p. 179-188.
- SCHEEFFER, F. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados**: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,

2016

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: USP, 2000.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, v. 15, n. 1, 2015. p. 24-39.

_____. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, 2013. p.149–16.

ZUCCO JUNIOR, C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *In*: POWER, T.; ZUCCO, JUNIOR, C. (Ed.). **O Congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 37-60.

Artigo recebido em: 11/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 21/09/2018